



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA UEPB-CAMPUS I CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

RISONETE BORGES DA SILVA

**A Educação Especial na perspectiva inclusiva em uma escola pública no município de
São Sebastião de Lagoa de Roça/PB**

CAMPINA GRANDE

2019

RISONETE BORGES DA SILVA

**A Educação Especial na perspectiva inclusiva em uma escola pública no município de
São Sebastião de Lagoa de Roça/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

CAMPINA GRANDE

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586r Silva, Risonete Borges da.
A Educação especial na perspectiva inclusiva em uma escola pública no município de São Sebastião de Lagoa de Roça/PB [manuscrito] / Risonete Borges da Silva. - 2019.
30 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Educação especial. 2. Inclusão escolar. 3. Formação docente. I. Título

21. ed. CDD 370.115

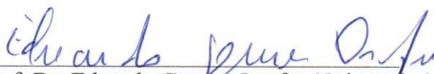
RISONETE BORGES DA SILVA

**A Educação Especial na perspectiva inclusiva em uma escola pública no município de
São Sebastião de Lagoa de Roça/PB**

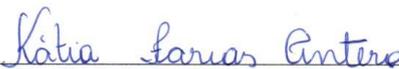
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 04/12/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a. Me. Kátia Farias de Antero (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a. Dr.^a. Wanderléia Farias Santos (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

RESUMO

A Educação Especial vem passando por diversos avanços nos últimos anos, através de ações e políticas públicas que contribuem para o fortalecimento dessa modalidade de ensino. Porém na perspectiva da Educação Inclusiva ainda se sobrepõem dificuldades na prática das salas de aula das escolas regulares. É necessária maior adequação dos estabelecimentos de ensino e melhoria no processo de formação de professores. Sob este enfoque o presente trabalho de pesquisa tem como objetivo geral refletir acerca da implantação da Educação Especial na perspectiva inclusiva nas escolas do município de São Sebastião de Lagoa de Roça – PB, e como objetivos específicos pontuar as dificuldades encontradas por professores que lecionam em turmas de alunos com necessidades especiais e identificar a formação recebida pelos docentes na área da Educação Especial e Inclusiva. O estudo foi feito por meio de pesquisa do tipo qualitativa, procurando interpretar os dados coletados. O instrumento utilizado na pesquisa foi um questionário com professores que lecionam na modalidade da Educação Especial, com o intuito de conhecer a formação do professor para atuar na Educação Especial na Perspectiva inclusiva. O estudo foi referenciado por vários teóricos da área dentre eles Grass, Sasaki, Mendonça, Bardin. Os resultados obtidos mostraram que a maioria dos professores já participou de cursos de formação, sendo os mais comuns, curso de Libras e formação pelo Pnaic (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Que existem muitas dificuldades por parte dos professores que lecionam com crianças especiais, dentre as mais frequentes estão às barreiras apresentadas na própria escola e a falta de formação continuada dos mesmos, haja vista as constantes mudanças comportamentais enfrentadas no cotidiano. Ainda foi elencado o que pode ser melhorado no processo de inclusão nas escolas, sendo o mais citado a promoção de cursos de formação com profissionais capacitados.

Palavras – Chave: Educação Especial; Inclusão; professores.

ABSTRACT

Special Education has been undergoing several advances in recent years, through actions and public policies that contribute to the strengthening of this type of education. However, from the perspective of Inclusive Education, difficulties still prevail in the practice of regular school classrooms. Greater adequacy of educational establishments and improvement of the teacher training process is needed. From this perspective, the present research work has as its general objective to reflect on the implementation of Special Education in an inclusive perspective in the schools of São Sebastião de Lagoa de Roça - PB, and as specific objectives to point out the difficulties encountered by teachers who teach in classes. students with special needs and identify the training received by teachers in the area of Special and Inclusive Education. The study was done through qualitative research, trying to interpret the collected data. The instrument used in the research was an interview with teachers who teach in the Special Education modality, in order to know the formation of the teacher to work in Special Education in the inclusive Perspective. The study was referenced by several theorists such as Grass, Sasaki, Mendonça, Bardin. The results obtained showed that most teachers have already participated in training courses, the most common being Libras course and training by Pnaic (National Pact for Literacy at the Right Age). That there are many difficulties on the part of teachers who teach with special children, among the most frequent are the barriers presented in the school itself and the lack of continuing education, given the constant behavioral changes faced in daily life. It was also listed what can be improved in the process of inclusion in schools, being the most cited the promotion of training courses with qualified professionals.

Keywords: Special Education; Inclusion; teachers

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Referencial Teórico.....	8
2.1. Bases Legais da Educação Especial na perspectiva inclusiva.....	8
2.2. Formação de professor na Educação inclusiva: o estudante com deficiência em foco.....	13
3.0 Metodologia.	16
3.1. Tipo de pesquisa.....	16
3.2. Instrumento da pesquisa.....	16
3.3 Cenário e participantes da pesquisa.....	17
3.4 Análise de dados.....	18
4. Apresentação dos dados e Discussão dos Resultados.....	20
5. Considerações Finais.....	25
6. Referências	26

1. INTRODUÇÃO

A educação consiste em um processo de socialização contínua em que o indivíduo busca e assimila diversos tipos de conhecimento. Segundo a filosofia de Paulo Freire “educação é um processo constante de criação do conhecimento e de busca da transformação-reinvenção da realidade pela ação-reflexão humana” (1989, pag.67).

No Brasil a educação a partir de meados do século XX passou por inúmeras transformações, com mudanças significativas nos diversos níveis e modalidades da educação. Uma das mudanças mais específicas ocorreram no âmbito da educação especial na perspectiva inclusiva, as quais estão diretamente ligadas ao atendimento educacional do aluno com deficiência na escola regular. A Educação Especial e a Educação Inclusiva estão ancoradas em documentos internacionais e em diversas legislações brasileiras que norteiam sobremaneira os aspectos pedagógicos envolvidos neste contexto educacional (MRENCH, 2000).

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que se destina aos educandos com algum tipo de deficiência, geralmente atende à educação desses alunos em instituições especializadas. A Educação Inclusiva por sua vez objetiva a participação plena de todos os alunos independente de suas necessidades e diferenças em escolas da rede regular. Para Alencar *et al* (2016, pag. 3), - Educação Inclusiva reflete uma visão humanista da educação que entende a escola como um espaço de diversidade e democracia, cuja missão é promover a educação para todos.

A Educação Especial na perspectiva inclusiva é marcada por diversas bases legais que asseguram os direitos dos cidadãos, com o foco de promover a inclusão escolar e social. A Declaração de Salamanca (1994) é o marco da inserção da educação inclusiva no ensino regular. Outro importante marco legal é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, documento que resultou da ação de um grupo de trabalho integrado com pessoas de notável conhecimento na área da Educação Especial. Esse documento objetiva orientar as ações das políticas públicas brasileiras. Junto com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ONU (2009), esses instrumentos buscam ratificar a prática da educação especial nas escolas. Outra política pública adotada atualmente para a educação especial é as Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado, resolução que regulamenta as salas do Atendimento Educacional - AEE na Educação Básica.

O que se percebe através de estudos e também com a realidade vivenciada nas escolas brasileiras são as dificuldades encontradas para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Tais dificuldades vão desde as péssimas condições de estrutura física das instituições à falta de formação inicial e continuada dos docentes para atuarem na referida área, dificultando todo o processo de ensino aprendizagem dos alunos. Segundo Braga (2012), para que ocorra a inclusão é necessário romper com os preconceitos criados pelas sociedades, trabalhar com o objetivo de ter uma sociedade mais justa, na qual os professores não tenham medo do novo, dando-lhes formação adequada para que se sintam seguros em sala de aula e possam passar os conteúdos com qualidade.

Apesar de toda a legislação que garante a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, as escolas brasileiras ainda apresentam muitas dificuldades em estabelecer tal processo. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo geral refletir acerca da implantação da Educação Especial na perspectiva inclusiva nas escolas do município de São Sebastião de Lagoa de Roça – PB. E mais especificamente: pontuar as adversidades encontradas pelos professores que lecionam em turmas com alunos especiais; identificar a formação continuada recebida pelos professores na área da Educação Especial na perspectiva inclusiva; e compreender as perspectivas dos professores acerca da inclusão de alunos com deficiência na escola regular de ensino.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Bases Legais da Educação Especial na perspectiva inclusiva

A Educação Especial no Brasil configura-se como uma modalidade da educação e tem como público alvo crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência ou necessidades especiais. De acordo com o art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), a Educação Especial é a modalidade de educação voltada aos "educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação". Tal modalidade de ensino é ofertada em instituições de ensino regulares ou especializada. A Educação Inclusiva se perpetua na ideia de que todos os estudantes devem ser inseridos em um ambiente regular de ensino, seja ele deficiente ou não, proporcionando a inclusão de pessoas, ideologias, aprendizagens diversas e interação social nos mais amplos níveis.

A educação especial remonta ao século XVI, na época em que os surdos passaram a ter acesso a aulas diferenciadas. Com o passar do tempo, a educação especial foi-se institucionalizando e orientando-se a todo o tipo de capacidades diferentes (MENDONÇA, 2015). Para SASSAKI 1998, a Educação Especial que por muito tempo configurou-se como um sistema paralelo de ensino, vem redimensionando o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para atuar, prioritariamente como suporte à escola regular no recebimento deste alunado. A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Decreto 3.298, conceitua a Educação Especial como "uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular". (BRASIL, 1999).

A Educação Inclusiva por sua vez começou a ser discutida em 1994 com a Declaração de Salamanca. Com o discurso de que a Educação Especial tem que ser inserida nas escolas regulares de ensino, proporcionando a interação dos alunos com realidades e necessidades distintas. A Declaração de Salamanca (1994) passou a ter influência sobre a construção de políticas públicas associadas à Educação Inclusiva. Este documento defende que "as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar", "constituindo os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos" (p. 8-9).

A Declaração de Salamanca é um marco no processo de inclusão e de criação de políticas educacionais que fundamentam a igualdade de direito entre as pessoas, com educação de qualidade para todos sem discriminação, respeitando as diferenças e garantindo o acesso e, sobretudo a permanência dos indivíduos na escola com uma formação completa e de qualidade. Como preconizado no artigo 11 da Declaração de Salamanca “O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas”.

Neste contexto a Declaração de Salamanca propõe o nivelamento dos direitos dos indivíduos à educação, seguindo os princípios de inclusão social.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

O Brasil é um país que avançou bastante em medidas para a educação inclusiva, sobretudo após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007, o qual é o primeiro instrumento legal internacional que expressamente garante a defesa dos direitos e a proteção das pessoas com deficiência. Esse instrumento conceitua a deficiência como uma questão de direitos fundamentais, a comunidade internacional compromete-se a respeitar a dignidade, a não discriminação, a participação e inclusão, a igualdade de oportunidades e a acessibilidade das pessoas com deficiência. Tal Convenção deixa evidente que esse é um compromisso de todos – não só dos Estados, mas também da sociedade civil, das organizações internacionais. Nesse contexto o Brasil é um país que se encontra dentro do um terço de países membros da ONU que dispõe de legislação para as pessoas com deficiência. Conseqüentemente a Convenção trará resultados imediatos para aqueles que a confirmaram, modificando de forma abrangente a vida de milhões de homens e mulheres.

O artigo 2 da Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência, define “Discriminação por motivo de deficiência” (ONU, 2007, pag. 17) qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de oportunidades com

as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro.

Os princípios básicos que norteiam a referida convenção são:

-O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; a não-discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; a igualdade de oportunidades; a acessibilidade; a igualdade entre o homem e a mulher; o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade. (ONU, 2007, pp. 17-18)

No que versa o artigo 5, sobre a igualdade “Os Estados Partes reconhecem que todas as pessoas são iguais perante e sob a lei e que fazem jus, sem qualquer discriminação, a igual proteção e igual benefício da lei” (ONU, 2007, p.19). No artigo 6, ainda da Convenção, a mulher com deficiência é lembrada com o seguinte trecho: -“os Estados Partes reconhecem que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, portanto, tomarão medidas para assegurar às mulheres e meninas com deficiência o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais” (ONU, 2007, p.20).

Com relação às crianças com deficiência o instrumento preconiza em seu artigo 7 (p. 20) que os Estados Partes tomarão todas as medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de oportunidades com as demais crianças.

No âmbito da educação, artigo 24, os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação e para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, tais Estados assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (ONU, 2007, p.28).

Acerca da acessibilidade, a Convenção assegura em seu artigo 9 que:

-Para possibilitar que às pessoas com deficiência vivam de forma independente e participe plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural (ONU, 2007, p.21).

Mesmo com a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, assegurando a tomada de medidas estratégicas para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência, atualmente ainda na prática muito tem que ser feito para garantir tal direito.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015) define em seu art. 3º, inciso I, que a acessibilidade configura-se como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015b, p.1).

Segundo Fernandes e Orrico (2012, p.99), “a acessibilidade se constitui como uma quebra de paradigmas, de uma perspectiva meramente adaptacionista da pessoa com deficiência para uma perspectiva de direito e funcionalidade”. Para Mazzoni (2001) a acessibilidade não deve ser caracterizada por um conjunto de normas e leis, e sim por um processo de observação e construção, feitos por todos os membros da sociedade.

A acessibilidade configura-se não apenas como um direito que garante à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida viver de maneira independente, mas também na execução de ações que façam com que um ambiente se torne acessível a todos.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, salienta que não apenas a acessibilidade é considerada um direito, mas também afirma que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015b, p.8).

A educação e a acessibilidade estão intimamente ligadas e devem caminhar juntas e ser responsabilidade de todos, sobretudo do poder público.

No Brasil, nos últimos anos, houve um crescimento na implantação de políticas públicas voltadas à educação e, sobretudo a Educação Especial. Tais políticas são definidas como um conjunto de programas e ações desenvolvidas pelo estado com a participação de entes públicos e privados, visando assegurar o direito de todos à cidadania. Para Bonetti (2006):

Políticas públicas são ações que nascem do contexto social, mas que perpassam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, seja para fazer investimentos ou para regulamentação administrativa, como resultado da dinâmica do jogo de forças entre grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil”.

No Brasil, os documentos legais criados principalmente a partir dos anos 2000, defendem as políticas públicas da Educação Especial numa perspectiva inclusiva. Dentre elas a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), documento importante criado com o intuito de construir políticas públicas que promovam uma educação de qualidade para os alunos. A referida política tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008). O documento ressalta que o acesso à educação especial perpassa desde a Educação Infantil até a Educação Superior e tem interface com outras modalidades de ensino como a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional, por possibilitarem a ampliação das oportunidades de escolarização e acesso ao mundo do trabalho (BRASIL, 2008).

No que diz respeito a formação de professores para atuar na Educação Especial- o documento enfatiza que “o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (BRASIL, 2008, p.13).

Com o intuito de fortalecer e implementar as ações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva o governo tem implementado diversos programas e ações voltados para a educação especial, que conheceremos a seguir:

Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Tal portaria, BRASIL (2007), normatiza que o programa disponibiliza às escolas públicas de ensino regular um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado.

Resolução CNE/CEB, 04/2010, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica. Este documento determina o público alvo da educação especial, define o caráter complementar ou suplementar do AEE, prevendo sua institucionalização no projeto político pedagógico da escola. O AEE é

ofertado preferencialmente na rede regular de ensino, podendo ser realizado por meio de convênios com instituições especializadas, sem prejuízo do sistema educacional inclusivo.

Outro documento importante é o Programa Escola Acessível disposto a partir da resolução nº 27, de 27 de julho de 2012, destina recursos financeiros às escolas públicas da educação básica com matrículas de alunos público-alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, que tenham sido contempladas com salas de recursos multifuncionais (BRASIL, 2012).

Outro programa destaque é o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, o qual oferece cursos no nível de aperfeiçoamento e especialização, na modalidade à distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB 2065 em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC). BRASIL, (2010).

Pode-se concluir, porém, apesar de todos os instrumentos legais favoráveis a uma Educação Especial na perspectiva inclusiva, ainda se tem muitos desafios e objetivos a serem alcançados, devido as dificuldades apresentadas até então. Para Nascimento (2015), “há a necessidade de uma maior intervenção do governo federal mediante a ampliação das ações e investimentos públicos na área, da ampliação do acesso dos educandos com necessidades especiais às escolas, formação de profissionais qualificados e promoção dos recursos necessários para as instituições educacionais”.

2.2 Formação de professor na Educação inclusiva: o estudante com deficiência em foco

São inúmeros e diversificados os desafios encontrados no processo de implantação da política de educação inclusiva no Brasil, porém um problema recorrente e que merece destaque é a formação de professores para atuarem com sucesso nessa área. Sobretudo porque os bons resultados para implantação da educação inclusiva na Educação Especial são frutos de professores que saibam vencer os obstáculos e desenvolver estratégias de inclusão e socialização de alunos em salas de aula especiais e regulares. A formação do professor de modo geral (educador especial ou educador da classe comum) deve incluir programas/conteúdos que desenvolvam competências de um profissional intelectual para atuar em situações singulares (FREITAS, 2006)

Grassi (2008), em seu estudo sobre a inclusão e os desafios para a formação de docentes relata que:

O professor do ensino especial precisa rever sua prática e possibilidades de atuação num contexto em que discute e se implementa a inclusão, a inserção do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, a modificação ou adaptação das escolas especiais e a possibilidade da organização de redes de apoio. O docente que atua no ensino regular e que não recebeu em seu curso de formação conhecimentos sobre necessidades especiais, não discutiu criticamente a inclusão, as políticas públicas para inclusão, precisa receber formação continuada (p.20).

As políticas públicas que norteiam a Educação Especial oferecidas pelo poder público, devem considerar a importância da oferta de programas de capacitação e formação continuada de professores para atuarem no ensino regular, levando em consideração as necessidades educacionais especiais. Cabendo ao poder público promover e garantir essa capacitação com eficiência e não sacrificar o professor por não ter tal formação.

Glat e Nogueira (2002) defendem essa ideia ao afirmarem em seus estudos que as políticas públicas para inclusão devem se concretizar por meio de programas de capacitação e acompanhamento periódico, em que se oriente o trabalho do professor objetivando a diminuição gradativa da exclusão escolar, beneficiando a educação escolar e seu alunado como um todo.

Inserir alunos em classe comum sem que os professores estejam dispostos a recebê-los e preparados para o trabalho pedagógico pode aumentar a resistência e dificultar o processo. Garantir uma formação crítica e de qualidade em relação à inclusão é importante nos cursos de formação, mas implementar propostas de formação continuada e dar subsídios para que a formação do professor e a práxis pedagógica se efetive com qualidade é um compromisso a ser assumido pelas políticas públicas de educação em âmbito nacional, estadual e municipal” (GRASSI, 2008, p.22).

Deve-se enfatizar, nesse contexto, que a formação continuada do professor na perspectiva da educação inclusiva faz necessário, não apenas a preparação do docente, como também a escola deve passar por um processo de preparação, superando a exclusão do aluno e valorizando o indivíduo independente da sua condição. É preciso compreender que mudanças na educação para atender ao paradigma vigente de inclusão educacional dependem de diversos fatores, como, por exemplo, o contexto social, econômico e cultural em que se insere a escola, as concepções e representações sociais relativas à deficiência e, por fim, os recursos materiais e os financiamentos disponíveis à escola (MENDES, 2002)

A formação inicial e continuada de professores para atender as necessidades e os desafios da atualidade perpassa por diversos fatores e mudanças no sistema educacional para atender o paradigma da Educação Especial numa perspectiva inclusiva. Fatores que incluem o contexto social, econômico, cultural em que a escola está inserida, bem como concepção e representatividade social relativa à deficiência. Logo Pletsch (2009) sugere que o professor

seja formado de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática.

Cabe destacar que o profissional da educação que se dispõe a trabalhar com a Educação Especial seja antes de tudo consciente da importância e desafios a serem enfrentados em seu cotidiano. Uma vez que não se configura tarefa fácil atuar nessa área que além das outras apresentam mais dificuldades e desafios.

Para atender a cada necessidade, é necessária uma reflexão, a começar pelo profissional, que não esteja ali apenas pelo seu salário, mas sim para desenvolver um trabalho diferenciado, atendendo cada um dentro da sua necessidade e que esse profissional possa desenvolver seu trabalho com êxito, embora ele seja preparado para trabalhar com a diversidade, acaba tendo que adaptar-se ao meio, sem qualquer valorização ou capacitação específica” (SILVA e ARRUDA, 2014, p.4).

É sabido que a formação do professor para atuar na educação especial e inclusiva é um desafio a ser enfrentado tanto próprio profissional quanto pelos sistemas de ensino. As políticas públicas necessitam serem mais específicas no trato com a formação inicial e, sobretudo continuada de professores, afim de que os professores possam ter apoio nas salas de educação inclusiva e também nas turmas de AEE.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A metodologia de investigação utilizada foi a pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa é aquela que procura o entendimento dos fenômenos humanos através de análises científicas, o que permite uma interpretação além dos dados coletados de imediato.

Para Knechtel (2014) os pressupostos básicos para esse tipo de pesquisa são: a preocupação primária com os processos, não se preocupando diretamente com o resultado e o produto; o interesse pelo significado, como as pessoas relatam suas vivências e experiências, sua visão de mundo; a busca por informações diretamente no campo de pesquisa; a ênfase na descrição e explicação de fenômenos; a utilização de processos indutivos, a fim de construir conceitos, hipóteses e teorias.

Ainda segundo Knechtel (2014, p. 101-102), as principais características da pesquisa qualitativa são:

- ressalta a natureza socialmente construída da realidade;
- relação entre o pesquisador e o objeto de estudo;
- ênfase nas qualidades e nos processos, com destaque para a forma como a experiência social é criada e adquire significado;
- utiliza entrevistas e observação detalhada (métodos interpretativos);
- estuda casos específicos;
- valoriza as descrições detalhadas;
- faz uso de narrativas históricas, materiais biográficos e autobiográficos.

3.2 Instrumento da pesquisa

O instrumento utilizado na pesquisa foi um questionário com professores que lecionam na modalidade Educação da Especial. O intuito do questionário foi ter conhecimento sobre a formação do professor para atuar na Educação Especial na perspectiva inclusiva, bem como pontuar as dificuldades encontradas pelos professores ao lecionar em salas de aulas com alunos especiais.

Segundo Gil (1999, p.128) o questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

A aplicação do questionário ocorreu em dois dias, no mês de outubro nos dias 02 e 03 contando com o apoio de cinco educadoras, sendo que uma leciona na sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e as demais em salas regulares com alunos com alguma deficiência. Segundo Vieira Abrahão, a entrevista é o instrumento que mais se adequa ao paradigma qualitativo por permitir interações e respostas pessoais. Foram entrevistadas individualmente, e todas responderam a entrevista com bastante entusiasmo.

3.3 Cenário e participantes da pesquisa

A escola pesquisada atende a alunos do 1^a ao 5^a ano das séries iniciais do ensino fundamental, dividindo seu atendimento em manhã e tarde. Sua estrutura física conta com 8 salas de aula (16 turmas) 2 banheiros, pátio coberto, pátio aberto, secretaria, depósito, cantina com despensa, sala dos professores, biblioteca, sala de informática, sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado), na qual dispõe de recursos físicos de acessibilidade como: construções ou adequações de rampas, adequação de banheiros; com a finalidade de incluir os alunos que necessitam.

O Quadro de funcionários está completo e atendendo as necessidades da escola. O corpo docente é formado por 20 professores, sendo 2 da sala de AEE e dois cuidadores alguns com muitos anos de magistério e que ingressaram por meio de concurso público, e outros professores que estão em formação e ingressaram através do regime de contratos temporários.

A escola atende a um público de alunos com deficiência divididos em 4 alunos com deficiência intelectual 3 autistas 1 aluno com síndrome down e 2 com paralisia cerebral todas são atendidas na sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Segundo o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, afirma em seu art. 1º, § 1º que: “Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.” (BRASIL, 2008).

Onde, no artigo 2º da Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009 diz:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. ((Brasil, p.1).

A sala do AEE funciona nos dois turnos manhã e tarde e atende no horário oposto a aula do aluno. De acordo com o que foi observado a campo e resposta da professora do AEE, cada aluno é atendido no mínimo duas vezes semanalmente por um período de duas horas,

onde são trabalhadas com ele atividades que proporcione interesse, desenvolvimento psíquico, motor, interacionista e intelectual, trabalhando as superações dos limites e enfrentando suas dificuldades.

A sala do AEE da escola campo conta com materiais diversos: alfabeto móvel em vários tamanhos, jogos com diferentes tamanhos e formas apropriadas aos alunos com deficiência física, mobiliário adequado ao aluno com deficiência física, Alfabeto Braille em vários tamanhos e materiais, jogos com sinalização em Braille ou relevo, jogos com sinalizações em Libras, computadores com dimensões maiores para alunos, cartazes contendo diferentes informações escritas em libras e braile. Cada material citado é utilizado de acordo com a especificidade do aluno atendido e do planejamento elaborado para ele.

As atividades desenvolvidas com as crianças são na maioria lúdicas com jogos de quebra cabeça, atividades no computador, braile, libras e algumas atividades escritas respeitando o nível de desempenho do aluno, suas possibilidades cognitivas e suas dificuldades, ajudando o educando a desenvolver seu potencial, sendo que o professor deverá usar técnicas variadas e adequadas na utilização dos materiais existentes.

O trabalho na sala do AEE é desenvolvido por duas professoras ambas formadas em pedagogia e com formação na área da educação especial, de acordo com elas trabalhar na sala de recursos com crianças que necessitam de apoio educacional especializado foi uma enorme afinidade com a área, a admiração pelo modo como se trabalha com educação especial e a oportunidade dada a elas.

De acordo com a pesquisa feita com as professoras os direitos das crianças são assegurados e no espaço da sala do AEE contribui de forma bastante positiva, pois observa-se um avanço muito satisfatório no desenvolvimento dos educandos.

3.4 Análise de dados

Análise de dados é transformar um conjunto de dados a fim de verificá-los; para embasamento da análise dos resultados basearemos na análise de dados de Bardin. Segundo Bardin (2011), o termo análise de dados designa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Segundo Bardin (2010), a análise de dados trata de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos, de descrição do conteúdo das mensagens, além disso, aposta altamente no rigor como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto. A análise dos dados será realizada através de uma entrevista realizada em uma escola

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa foi realizada utilizando o questionário como forma de obter os dados acerca do tema abordado no trabalho, na perspectiva de com as perguntas e respostas alcançar os objetivos traçados e resultados esperados. Os participantes contribuíram de forma espontânea.

O primeiro questionamento feito foi se o professor participa ou participou de alguma formação na área da Educação Especial na perspectiva inclusiva?

As falas das professoras:

P1: (...) “ *sim, Curso de Libras* ”

P2: (...) “ *sim, Formação do Pnaic* ”

P3: (...) “ *sim, Curso de Libras* ”

P4: (...) “ *sim, Formação do Pnaic* ”

P5: (...) “ *Não* ”

As respostas dadas foram satisfatórias para o objeto de estudo, pois de todos os participantes a maioria afirmaram que já participaram de cursos de formação, sendo os cursos mais citados o de Libras e o Pnaic (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Isso nos leva a concluir que os marcos legais aqui elencados, estão possibilitando resultados positivos na Educação especial do país, formando profissionais aptos a atuarem na Educação Especial, sob a lógica inclusiva.

É necessário que os professores tenham uma formação inicial e continuada que possuam e reflitam acerca da Educação Especial. Para Prieto (2006, p. 57) a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino que estejam comprometidos com a sua qualidade, assegurando que os professores estejam aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais.

O professor do ensino especial precisa rever sua prática e possibilidades de atuação num contexto em que discute e se implementa a inclusão, a inserção do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, a modificação ou adaptação das escolas especiais e a possibilidade da organização de redes de apoio. O docente que atua no ensino regular e que não recebeu em seu curso de formação conhecimentos sobre necessidades especiais, não discutiu criticamente a inclusão, as políticas públicas para inclusão, precisa receber formação continuada. (GRASSI, 2008, pag. 20)

Destaca-se a importância das políticas públicas para a Educação especial e inclusiva. A partir desses instrumentos legais se obteve considerável avanço na formação inicial e continuada de professores para atuarem nessa área. Glat e Nogueira (2002, p. 27) defendem que as políticas públicas para inclusão devem se concretizar por meio de programas de

capacitação e acompanhamento periódico, em que se oriente o trabalho do professor objetivando a diminuição gradativa da exclusão escolar, beneficiando a educação escolar e seu alunado como um todo.

O segundo questionamento foi se o professor na sua formação inicial participou de algum curso ou congresso na área de Educação Especial?

As falas das professoras:

P1: (...) “Não”

P2: (...) “Não”

P3: (...) “Não”

P4: (...) “Não”

P5: (...) “ Não”

As respostas dos entrevistados foram preocupantes, pois nenhum afirmou participar de formação inicial em educação especial, e é de fundamental importância que o professor possua formação na modalidade de Educação especial, pois o seu alunado é diverso e ele tem que incluir o aluno no ensino regular o apoiando para que se desenvolva.

Segundo Lima (2002, p.40), “a formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores com o discurso de que não fui preparado para lidar com crianças com deficiência”.

A formação inicial contemplando a Educação Especial durante o curso proporciona que os educadores tenham um primeiro contato com esta modalidade de ensino. A orientação das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia refere, em seu capítulo III, artigo 8º, que as atividades práticas a serem propostas durante a realização do curso contemplem, opcionalmente, algumas áreas educacionais, entre elas a educação de pessoas com necessidades especiais (RESOLUÇÃO CNE/CP nº, 2005, p. 5).

O professor em formação precisa adquirir um conhecimento amplo, contribuindo para o desenvolvimento de uma prática satisfatória e inovadora. Freitas (op. cit., p. 177) lista uma série de conhecimentos que devem ser construídos pelos professores em formação:

Mecanismos funcionais de cognição das pessoas com deficiência; consciência de suas próprias condições, conhecimentos pedagógicos e metacognitivos; Desenvolvimento da capacidade de autorregular e de tomar consciência das etapas do processo de ensino aprendizagem; Coerência entre sua maneira de ser e ensinar, entre teoria e prática; Capacidade de ministrar aulas sobre um mesmo conteúdo curricular a alunos de diferentes níveis e compreensão e desempenho acadêmico;

respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno; Utilização flexível dos instrumentos de avaliação de desempenho escolar, adequando-os às necessidades dos alunos.

Em seguida as professoras foram questionadas sobre quais dificuldades encontravam em lecionar com crianças com necessidades especiais?

As falas das professoras:

P1: (...) “ Dificuldades de formação e de recursos didáticos pedagógicos. ”

P2: (...) “ Falta de recursos para facilitar o trabalho em sala de aula, e formação para os professores. ”

P3: (...) “ São inúmeras as dificuldades, entre elas estão a falta de formação continuada nesta área para os professores ”

P4: (...) “ Falta de conhecimento de como trabalhar com crianças especiais. ”

P5: (...) “ A falta de formação para conhecer a necessidade de cada aluno e sua especialidade. ”

As entrevistadas elencaram várias dificuldades, porém a mais citada foi sobre a falta de formação dos profissionais que não possuíam conhecimento necessário para desenvolver um bom trabalho com as crianças.

A formação dos educadores para trabalhar com crianças especiais é primordial pois só se conhece a especificidade de cada aluno se possuir uma formação adequada para desenvolver um trabalho que ajude a criança a desenvolver-se melhor. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, no Artigo 59, inciso III, define que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades especiais: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996).

Quando os entrevistados foram perguntados sobre como avaliavam a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular?

As falas das professoras:

P1: (...) “ Super importante para inserção e interação desses alunos com a sociedade sem discriminações. ”

P2: (...) “ É muito complicado trabalhar com essa realidade, diante de uma turma de ensino regular. ”

P3: (...) “ Esta inclusão ainda deixa muito a desejar, pois a escola inclusiva deve abrir espaço para todas as crianças. ”

P4: (...) “ Ainda precisa de muitas mudanças para que aconteça a inclusão. Nosso sistema de ensino dificulta as práticas inclusivas. ”

P5: (...) “ Muitas vezes são inseridas, mas nem sempre inclusos. ”

A maioria respondeu que na maioria das vezes esses alunos são inseridos não incluídos e que se precisa de muitas mudanças no processo educacional para que esses alunos sejam inclusos.

Para Paulon (2005), a educação brasileira tem o desafio de fazer valer o compromisso de implementação de uma política inclusiva priorizando o atendimento aos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular, entretanto, trata-se de processo complexo e implica mudanças necessárias à implementação de uma política inclusiva.

As escolas não dispõem de um ambiente favorável para que os alunos sejam incluídos no ensino regular, possuem muita precariedade isso dificulta o trabalho do professor, o apoio da família e o desenvolvimento do aluno.

Segundo MEC (2006), O princípio fundamental que rege as escolas integradoras consiste que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Que as escolas devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender; como também adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem de cada aluno, assegurar um ensino de qualidade a todos, assim como atender às contínuas necessidades especiais que surgem na escola.

Dando continuidade a entrevista quando foram questionadas sobre quais recomendações dariam para melhorar o processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular?

As falas das professoras:

P1: (...) “ Maior número de profissionais e capacitação de toda comunidade escolar. ”

P2: (...) “ Que tivessem mais capacitação do corpo docente. ”

P3: (...) “ É necessário que os professores tenham mais recursos e formação na área. ”

P4: (...) “ Formação adequada para os professores e melhor recurso pedagógico. ”

P5: (...) “ O oferecimento de cursos para melhor formação e qualificação dos professores e demais funcionários da escola. ”

A maioria das respostas foram que para melhorar o processo de inclusão deveria oferecer cursos de formação e qualificação para toda comunidade escolar e aperfeiçoamento dos recursos de apoio pedagógico.

O processo da Educação Inclusiva, abrange todos que compõe a escola: alunos, professores, pais, funcionários e comunidade, para juntos, chegar a uma educação de qualidade. Nesse processo, antes de tudo, os professores devem estar empenhados a buscar uma prática educativa-orientativa para lidar com os alunos especiais. Para isso, é necessária a busca pela formação técnica. A reconversão dos professores passa ser uma metodologia aplicada pela política de educação, através de treinamentos, aperfeiçoamentos, reciclagens de modo continuado, melhorando o exercício da profissão (GARCIA, 2013; SANTOS, 2002).

Para que a inclusão aconteça de maneira eficaz é necessário que ocorra uma mudança em toda a equipe escolar ,a adequação ao modo de vida da criança especial contribui para o desenvolvimento da mesma, Para Freitas (2008), não basta receber tais alunos para a mera socialização, se faz necessário um atendimento que oportunize o desenvolvimento efetivo de todos, que busque capacitar os profissionais, visto que somente a formação inicial não é suficiente para o enfrentamento destas questões tão sérias e difíceis de lidar.

O aperfeiçoamento dos recursos pedagógicos é de grande contribuição para melhorar o processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, promovendo, planejamentos, metodologias de trabalho diferentes, modo de avaliação, pois essas especificidades são barreiras que dificultam o professor a promover uma aprendizagem significativa para os sujeitos com deficiências.

Guimarães e Galvão Filho (2012, p. 21) afirmam que:

Para a garantia da aprendizagem de todos os alunos, precisamos assegurar o acesso ao currículo escolar, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas que atendam aos percursos de aprendizagem de cada estudante. Tal situação é um desafio, pois demanda professores detentores de conhecimentos teórico-práticos, bem como planejamentos coletivos, estratégias e metodologias de ensino e de processos de avaliação que possibilitem ao educador acompanhar o desenvolvimento de cada aluno que está em sala de aula.

Para que aconteça a inclusão é necessário que as escolas estejam preparadas e o corpo de docentes possuam suporte para desenvolver um trabalho que contribuirá de forma positiva na formação acadêmica dos alunos com deficiência, pois não basta apenas inserir no ensino regular, faz-se necessário a inclusão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial alcançou conquistas significativas ao longo dos tempos, que possibilitou a melhoria de vida de muitos cidadãos com necessidades especiais. Porém na perspectiva inclusiva ainda requer mudanças profundas no cenário dos sistemas educacionais. É necessário que as escolas promovam condições necessárias para a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, sem, portanto, excluí-los do processo. Batalla (2009) nos ajuda a refletir sobre essa questão ao afirmar que as escolas precisam rever as suas formas de organização, sua estrutura e, até mesmo, a cultura escolar para atender a todos os alunos.

Os instrumentos legais são essenciais para a implantação de políticas públicas que adequem as escolas à realidade dos alunos com necessidades especiais, promovendo uma educação inclusiva de qualidade no sistema regular de ensino.

Com o presente estudo pode-se concluir que a Educação Especial está inserida como modalidade nos sistemas de ensino. Porém na perspectiva inclusiva precisamos avançar no sentido de adequar as escolas às condições dos alunos e, sobretudo na promoção de qualificação para os profissionais das escolas, que trabalham com alunos especiais, sobretudo os professores que necessitam de formação inicial eficiente e constante formação continuada.

Em suma a pesquisa leva a conclusão de que a maioria dos professores já participou de algum curso de formação continuada na área da Educação Especial, mas apenas Curso de Libras e Formação do Pnaic. Já durante a formação inicial nenhum fez curso ou participou de eventos na área.

Acerca das dificuldades encontradas para lecionar com crianças especiais, a mais citada entre os professores foi à falta de formação dos profissionais que não possuem conhecimento necessário para desenvolver um trabalho eficiente. Os docentes avaliam a situação da inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular compartilhando da ideia que os alunos são inseridos na escola e não incluídos, sendo necessárias mudanças no sistema educacional para que ocorra inclusão.

REFERENCIAS

- ALENCAR, D. N. F. et al. Educação Inclusiva, Política educacional e direitos humanos: uma reflexão sobre a legislação brasileira. III CONEDU, Congresso Nacional de Educação. RN, 2016.
- BAQUERO, Ricardo. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BATALLA, Denise Valduga. Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira. **Fundamentos em Humanidades**. Vol. 19, N. 1, 2009, p.77-89. Universidad Nacional de San Luis, Argentina. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=18411965005>> Acesso em 11 de nov. de 2019.
- BONETTI, L. W. **Políticas Públicas por Dentro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006
- BRAGA, S. M. da R. **Educação Especial: as dificuldades encontradas no ambiente escolar para a inclusão**; 2012.
- BRASIL, **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Nº 13.146, de 06 de Junho de 2015**. Brasília, 2015.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº. 6.571 de 17 de setembro de 2008**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em 15 de out. de 2019.
- BRASIL. **Portaria normativa nº 13**. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em 01 de Nov. de 2019.
- BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999**. Brasília, 1999.
- BRASIL. **Resolução nº 27**. Programa Escola Acessível. Brasília: MEC. 2012. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17428&Itemid=817>. Acesso em 28 de out. de 2019.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº04/2010**. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_04_14.pdf. Acesso em 05 de out. de 2019.

BRASIL, **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2007.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

Documento subsidiário à política de inclusão / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

educacaointegral.mec.gov.br/educação-infantil acessado em 14-10-2019 as 13:00 horas.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Hélio Ferreira. **Acessibilidade e inclusão social**. Rio de Janeiro: Descubra, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FREITAS, S, N. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. In: RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação, doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summes, 2006.

GARCIA, R. M. C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 52, p. 101–119, 2013.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLAT, R. e NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. In: **Revista Integração**. Brasília:

GRASSI, Tânia Mara. **A inclusão e os desafios para a formação de docentes: uma reflexão necessária**. Paraná, 2008.

<https://pedagogiaaopedaletra.com/ldb-939496-atualizada-em-2013-secao-ii-da-educacao-infantil/> - acessado em 17/12/2017 as 14:13

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LIMA P.A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MAZZONI, Alberto Angel et al. **Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias**. *Revista Ciência da Informação* [online]. 2001, v. 30, n. 2, p.29-34. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010019652001000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. e MARINS, S. (orgs.) Escola Inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

MENDONÇA, A.A.S. **Educação Especial e Educação Inclusiva: Dicotomia de ensino de ensino dentro de um mesmo processo educativo** In: III Congresso Internacional Trabalho Docente e processos educativos, 2015, Minas Gerais.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009**.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Secretaria de Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.

MRENCH, Leny Magalhães (Universidade de São Paulo) - **A Educação Especial no Brasil**. São Paulo: Sarvier, 2000.

NASCIMENTO, Suzete Viana. **Políticas Públicas para Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil**. XII Congresso nacional de Educação Inclusiva no Brasil. Paraná, 2015.

O professor e a educação inclusiva : formação, práticas e lugares / Theresinha Guimarães Miranda, Teófilo Alves Galvão Filho, organizadores. - Salvador : EDUFBA, 2012. 491 p.: il.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Educar, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

Saberes e práticas da inclusão : recomendações para a construção de escolas inclusivas. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série : Saberes e práticas da inclusão)

SASSAKI, Romeo. Kazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década**. Mensagem, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014.

VIEIRA-ABRAHÃO, M., H. A. **Metodologia na investigação das crenças**. In: BARCELOS, A. M. F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. (Orgs.). **Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores**. 1. Ed., Campinas – São Paulo: Pontes Editores, 2006, p. 219-231

Apêndice

Questionário

1-Dados profissionais

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____ Sexo: _____

1.3 Curso Superior: _____

1.4 Ano do termino do curso superior: _____

1.5Tempo que leciona: _____

1.6. Tem pês graduação? Qual a área? _____

2 Parte

2.1. Você participa ou participou de alguma formação na área da Educação Especial na perspectiva inclusiva? Quais?

2.2. Na sua formação inicial você participou de algum curso ou congresso na área de Educação Especial? Quais?

2.3. Quais são as dificuldades que os professores encontram em lecionar com crianças especiais?

2.4 Como você avalia a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular?

2.5. Quais recomendações você daria para melhorar o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular?